



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/10/2025. Publicação: 29/10/2025. Nº 207/2025.

ISSN 2764-8060

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Notícia de Fato instaurada na Promotoria de Justiça tem prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 90 (noventa) dias e que, conforme art. 4º, § 4º, Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 – GPGJ/CGMP, "vencido o prazo de tramitação da Notícia de Fato, qualquer que seja a fase em que se encontrem as providências iniciais imprescindíveis para averiguação dos fatos noticiados, o membro do Ministério Público, não sendo o caso do inciso II ou do inciso III do caput deste artigo, imediatamente a converterá no procedimento próprio".

CONSIDERANDO que tramita na Promotoria de Justiça de São Luís Gonzaga do Maranhão a NOTÍCIA DE FATO nº 000227-067/2025, instaurada em 05 de junho de 2025, para apurar problemas de acesso à água potável, saneamento básico e banheiros encontrados na Escola Municipal São Raimundo (localizada no povoado Santa Cruz) e na Escola Municipal Santo André (localizada no povoado Pedrinhas);

CONSIDERANDO que os fatos noticiados ainda não estão suficientemente esclarecidos, mas, em virtude do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 - GPGJ/CGMP e do tempo decorrido;

RESOLVE Converter a NOTÍCIA DE FATO nº 000227-067/2025 em INQUÉRITO CIVIL. Para tanto, DETERMINO que sejam adotadas as seguintes providências:

1) A autuação e registro em sistema próprio de controle como INQUÉRITO CIVIL, com numeração sequencial desta Promotoria de Justiça;

2) Remessa à Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça, da portaria de instauração deste Procedimento Administrativo para publicação no Diário Eletrônico;

3) Proceda-se com a entrega da Recomendação nº 10004/2025 – PJS LG aos destinatários ali determinados.

Publique-se. Diligencie-se. Cumpra-se. Após, voltem os autos conclusos.

São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, data da assinatura eletrônica.

RODRIGO FREIRE WILTSHIRE DE CARVALHO
Promotor de Justiça

Documento assinado eletronicamente por RODRIGO FREIRE WILTSHIRE DE CARVALHO, Promotor de Justiça, em 25/10/2025, às 09:50, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Recomendação nº 10004/2025 - PJS LG
INQUÉRITO CIVIL
PROTOCOLO Nº 000227-067/2025
RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio da Promotoria de Justiça de São Luís Gonzaga, no exercício das atribuições conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, incisos II, III e IX, da Constituição Federal, art. 6º, XX, da Lei Complementar Federal n. 75/93, artigo 27, parágrafo único, da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – LONMP), artigo 26, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 13/91 e demais dispositivos pertinentes à espécie,

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Carta Magna c/c art. 1º, caput, e art. 94, caput, da Lei n.º 8.625/93 e art. 1º, caput, da Lei Complementar Estadual n.º 13/91);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Republicana, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição – artigo 6º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” – artigo 205 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que constitui princípio da educação a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, assim disposto no artigo 206, I e II da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 208 da Constituição da República, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de, dentre outros direitos, atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

CONSIDERANDO que o acesso ao ensino obrigatório constitui direito público subjetivo, sendo que sua não oferta ou oferta irregular importa em responsabilidade da autoridade competente, conforme disposto no artigo 208, §§ 1º e 2º da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que por meio do presente INQUÉRITO CIVIL, o Ministério Público tomou conhecimento acerca dos problemas de acesso à água potável, saneamento básico e banheiros encontrados na Escola Municipal São Raimundo (localizada no povoado Santa Cruz) e na Escola Municipal Santo André (localizada no povoado Pedrinhas);



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/10/2025. Publicação: 29/10/2025. Nº 207/2025.

ISSN 2764-8060

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no art. 27, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 13/91, expedir recomendações visando dar o efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover;

RECOMENDA ao Prefeito de São Luís Gonzaga do Maranhão, Sr. EMANOEL CARVALHO FILHO, e à Secretária de Educação do Município, senhora DENISE SANTOS MIRANDA PEREIRA, para que:

1) Adotem providências necessárias visando a solução dos problemas de acesso à água potável, saneamento básico e banheiros encontrados na Escola Municipal São Raimundo (localizada no povoado Santa Cruz) e na Escola Municipal Santo André (localizada no povoado Pedrinhas)

2) Forneçam resposta escrita, com documentos comprobatórios, sobre as providências adotadas em face desta Recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias.

Em caso de não cumprimento da recomendação contida neste expediente, o Ministério Público informa que adotará imediatamente as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive através do ajuizamento da ação civil pública, da ação de improbidade administrativa e da ação penal cabíveis.

Encaminhe-se cópia eletrônica à Coordenadoria de Documentação e Biblioteca para publicação no Diário Eletrônico do MPMA.

Cientifique-se o Prefeito e Secretária Municipal de Educação pessoalmente.

Afixe-se cópia desta Recomendação no átrio da Promotoria, para conhecimento geral.

Encaminhe-se anexo à presente recomendação cópia do Relatório nº 10007/2025 - PJS LG e fotografias que o acompanham.

Cumpra-se.

São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, data da assinatura eletrônica.

RODRIGO FREIRE WILTSHIRE DE CARVALHO

Promotor de Justiça

Documento assinado eletronicamente por RODRIGO FREIRE WILTSHIRE DE CARVALHO, Promotor de Justiça, em 25/10/2025, às 09:47, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

SENADOR LA ROCQUE

Portaria de Instauração nº 10010/2025 - PJSER

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

000244-002/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por seu membro abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, art. 98, III, da Constituição do Estado do Maranhão e art. 26, I, da Lei nº 8.625/93,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, CF; art. 1º e 94, Lei nº 8.625/93; art. 1º, LC Estadual nº 13/91);

CONSIDERANDO que a educação, direito social fundamental (art. 6º da CF), constitui condição essencial à realização dos fundamentos e objetivos da República (arts. 1º e 3º da CF);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que os princípios constitucionais da educação (art. 206, CF) impõem a garantia de igualdade de condições para acesso e permanência na escola (inciso I) e o padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) institui os princípios e normas gerais para a educação em todas as suas etapas, enfatizando a garantia de acesso, permanência e qualidade do ensino, bem como a implementação de políticas públicas que assegurem a efetividade desse direito;

CONSIDERANDO que o art. 14, inciso II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enuncia que os sistemas de ensino público, relativamente à Educação Básica, devem observar as normas da gestão democrática, mediante a “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”;

CONSIDERANDO que a Carta Magna preconiza, em seu art. 225, o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

CONSIDERANDO que a Organização das Nações Unidas (ONU), na Declaração Universal dos Direitos das Águas, editada em 22 de março de 2022, item 3, enuncia: “Os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia”;

CONSIDERANDO que a ONU, na Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Meta 6.1, pautaram que, até 2023, seja alcançado “o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos”;

CONSIDERANDO que cabe a este Órgão de Execução a defesa da educação, conforme definido pela Resolução nº 52/2017 CPMA;